

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 10 – Informação e Memória

O PROTAGONISMO E A MEMÓRIA DE ELIZABETH ALTINA TEIXEIRA

THE PROTAGONISM AND MEMORY OF ELIZABETH ALTINA TEIXEIRA

Ana Claudia Medeiros de Sousa – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Denise Braga Sampaio – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Acrisonélia Medeiros de Sousa Rocha – Fundação Casa de José Américo (FCJA)

Andréa Medeiros de Sousa Maia – Fundação Casa de José Américo (FCJA)

Lúcia de Fátima Guerra Ferreira – Fundação Casa de José Américo (FCJA)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A pesquisa teve como objetivo evidenciar o protagonismo e a memória de Elizabeth Altina Teixeira no contexto da Ditadura Militar, a partir de registros documentais. Se configura como pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, com o uso do método documental. O levantamento dos documentos foi realizado no acervo do Memorial da Democracia da Paraíba custodiado na Fundação Casa de José Américo e no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. A partir da análise dos documentos que compuseram a amostra foi possível evidenciar que Elizabeth Altina Teixeira esteve entre os nomes de pessoas paraibanas consideradas, pelo Regime, como subversivas. Os itens apresentam indícios dos enfrentamentos dela na busca por justiça, pela morte de seu esposo; informações sobre sua militância na Liga Camponesa de Sapé; registros indicando sua relação com líderes políticos comunistas, entre outras ações. Concluímos que, mesmo em meio às dificuldades, Elizabeth Altina Teixeira enfrentou o sistema opressor e, em seu tempo histórico, atuou como mulher emancipada e consciente da luta coletiva pelo direito à terra e à liberdade de expressão, portanto, uma protagonista em defesa da democracia e da igualdade social.

Palavras-chave: memória; ditadura militar; protagonismo; gênero.

Abstract: The research aimed to highlight the protagonism and memory of Elizabeth Altina Teixeira in the context of the Military Dictatorship, based on documentary records. It is configured as descriptive research with a qualitative approach, using the documentary method. The collection of documents was carried out in the Memorial da Democracia collection held at the Fundação Casa de José Américo and in the Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Based on the analysis of the documents that made up the sample, it was possible to show that Elizabeth Altina Teixeira was among the names of people from Paraíba considered, by the Regime, to be subversive. The items present evidence of her struggles in the search for justice, for the death of her husband; information about her militancy in the Peasant League; records indicating her relationship with communist political leaders, among other actions. We conclude that, even in the midst of difficulties, Elizabeth Altina Teixeira faced the oppressive system and, in her historical time, acted as an emancipated woman and aware of the collective struggle for the right to land and freedom of expression, therefore, a protagonist in defense of democracy and social equality.

Keywords: memory; military dictatorship; protagonism; gender.

1 INTRODUÇÃO

Na esteira das discussões hodiernas sobre o protagonismo de mulheres na Ditadura Militar, à exemplo do sucesso de bilheteria e de premiações, “Ainda estou aqui”, que traz a vida de Eunice Paiva, após o desaparecimento e assassinato de seu marido, o deputado Rubens Paiva, observamos o dever científico e de memória de lançar luz a outras protagonistas, que, em meio à repressão, estabeleceram pontes e focos de resistência.

Autores como Richard Miskolci (2012) e Denise Sampaio (2021) entendem que a Ditadura Militar (1964-1985) se fortalece na interseção entre gênero, raça e classe, criando como figura central a ser idealizada o homem branco, viril, heterossexual, militarizado, moralista e de posses. As pessoas que mais se distanciam desta figura ideal passam a ser, não raro, observadas e postas na mira do Sistema Nacional de Informações (SNI) e dos demais órgãos de repressão da Ditadura. Esta mira perpassa, portanto, pela luta de classes e resistência de homens e mulheres, por exemplo, nas ligas camponesas, que tinham pessoas comuns como líderes, independente do gênero.

Muitas mulheres, a partir dessa perspectiva de liderança e resistência, foram perseguidas, torturadas ou expropriadas de seus direitos, seja por terem maridos ou familiares ligados à resistência, seja por elas próprias, se portarem distante dos papéis de gênero que lhe eram designados. Ou seja, e com base nos estudos de Maria Rita Kehl (2007), a sociedade entende que cabe, à mulher, a maternidade, o casamento e a domesticidade como formas centrais de performance de gênero. Elizabeth Altina Teixeira, personalidade central desta pesquisa, foge a estes ideais, se colocando como uma mulher paraibana que desafiou a Ditadura Militar, na defesa da terra, na luta por justiça e em memória de seu marido, João Pedro Teixeira, ou nas palavras de Ana Tavares (2022, p. 44), “A necessidade de mudança, o anseio por uma sociedade mais igualitária colaborou para a aderência de Elizabeth à militância”, que complementa afirmando que “Elizabeth não só continuou a luta de João Pedro, como também protagonizou a sua própria luta, assumindo papel atuante nos

movimentos sociais e sindical” (Tavares, 2022, p. 47). Há, neste sentido, um papel memorialístico que envolve a vida, os feitos e a luta de Elizabeth Altina Teixeira.

Trazendo para a perspectiva e discussões concernentes à Ciência da Informação, falar do período da Ditadura Militar, a partir de atrizes e atores sociais que se insurgiram, é trazer o ímpeto de reparação, a partir do que os registros documentais nos revelam. E tal possibilidade é viabilizada pelo papel central da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e suas regionais, implementadas por força da Lei nº 12.528 (Brasil, 2011) e instituídas em 2012.

Graças à Comissão Nacional da Verdade (CNV), muitos documentos criados e salvaguardados, entre os anos de 1946 e 1988, por órgãos públicos utilizados pela repressão, especialmente na Ditadura Militar, foram recolhidos ao acervo do Arquivo Nacional (AN), compondo coleções e fundos documentais custodiados pelo projeto “Memórias Reveladas”, passíveis de consulta por meio do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Além da CNV, espaços de memória que tratam da Ditadura Militar, e de outros regimes antidemocráticos, são lugares que auxiliam na reparação das vítimas deste período, como é o caso do Memorial da Democracia da Paraíba custodiado na Fundação Casa de José Américo (FCJA). Este último possui os seguintes acervos: Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social da Paraíba (DOPS-PB); Arquivo da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB); e a Coleção bibliográfica sobre direitos humanos e democracia.

Este movimento é importante, pois os arquivos são ambientes que salvaguardam documentos de diferentes tempos históricos e, por isso, são fontes de pesquisas e os itens documentais podem revelar fatos sociais, comportamentos e enfrentamentos relacionados a dada pessoa e/ou grupo social. Nesses arquivos são identificados documentos provenientes de atuações de mulheres que, em alguma instância atuaram como protagonistas dentro de seu contexto histórico e geográfico, como é o exemplo da atuação de enfrentamento de Elizabeth Altina Teixeira que liderou a Liga Camponesa de Sapé - PB, foi perseguida pela Ditadura Militar, buscou justiça pela morte de seu esposo e lutou pelo direito à terra.

Diante do exposto, esta pesquisa tem como *corpus* de análise documentos que foram produzidos no contexto da Ditadura Militar e que citam a atuação de Elizabeth Altina Teixeira

e busca responder a seguinte pergunta norteadora: quais informações sobre Elizabeth Altina Teixeira foram produzidas nos documentos provenientes do Regime Militar? Tem por objetivo evidenciar o protagonismo e a memória da militante Elizabeth Altina Teixeira no contexto da Ditadura Militar, a partir de registros documentais.

2 METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza como descritiva que, segundo Gil (2002, p. 42), “[...] tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Para tanto, buscamos evidenciar o protagonismo e a memória de Elizabeth Altina Teixeira no contexto da Ditadura Militar, a partir de registros documentais.

Tem como *corpus* de análise documentos provenientes de ações vinculadas à Ditadura Militar que fazem alusão à Elizabeth Altina Teixeira. Dessa maneira, adotamos como método a análise documental, que para Aróstegui (2006, p. 508) é o “[...] conjunto de princípios e de operações técnicas que permitem estabelecer a fiabilidade e adequação de certo tipo de informações para o estudo e explicação de um determinado processo histórico”. Esse método possibilitou a interpretação de fatos e do contexto sociocultural que permearam a produção dos documentos analisados. A coleta de dados ocorreu em abril de 2025.

O levantamento dos documentos foi realizado no acervo do Memorial da Democracia da Paraíba custodiado na Fundação Casa de José Américo (FCJA), situada na capital paraibana, e no Sistema de Informações do Arquivo Nacional ([20--]). A escolha dessas duas instituições se justifica pelo fato delas terem documentos provenientes da Ditadura Militar vinculados às pessoas paraibanas. O levantamento na FCJA foi realizado *in loco* e foram recuperados documentos do fundo da CEVPM-PB e no acervo do SIAN foi realizada a busca pelo catálogo eletrônico com a adoção do nome de ‘Elizabeth Altina Teixeira’. Os resultados foram interpretados e analisados pela abordagem qualitativa, pautados no referencial teórico adotado nesta pesquisa.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

As civilizações têm recorrido a diversas técnicas para registrar práticas sociais e culturais. Através dessas práticas referenciais de memória são constituídos e se tornam acionadores de lembranças naqueles(as) que, em alguma instância, se sentem representados(as). Dentre esses referenciais de memória, o documento arquivístico pode apresentar informações que se articulam organicamente e versam sobre pessoas, fatos e fenômenos, fomentando a produção de significados. Aleida Assmann (2008, p. 97), cita que

Através da cultura, os seres humanos criam uma estrutura temporal que transcende a vida individual relacionando o passado, o presente e o futuro. As culturas criam um elo entre os vivos, os mortos e os que ainda não vivem. Ao recordar, ler, comentar, criticar, discutir o que foi depositado no passado remoto ou recente, os seres humanos participam em horizontes estendidos de produção de significado. Eles não têm que começar de novo em cada geração porque estão em pé sobre os ombros de gigantes cujo conhecimento eles podem reutilizar e reinterpretar.

A produção documental subsidia processos de registros de informações e fomentam a atribuição de sentido e a evocação de fatos que podem acionar indícios de memória das pessoas produtoras, comprovar acontecimentos e modo de vida, tanto no âmbito individual quanto coletivo. Ao refletirem sobre documentos de arquivo relacionados ao período da Ditadura Militar, Maria Frota, Olívia Coimbra e Pablo Gomes (2022) nos revelam que

Entre os arquivos da repressão estão aqueles produzidos e acumulados por órgãos do governo militar brasileiro durante sua atuação, como os arquivos das polícias políticas e dos serviços de inteligência. Os arquivos da resistência englobam variados tipos de documentos produzidos por diferentes sujeitos da sociedade civil, com o intuito de resistir e de denunciar as violações cometidas pelo Estado durante a ditadura militar brasileira. Os arquivos da reparação são aqueles produzidos em ações de prestação de contas do Estado em relação às suas ações de repressão política, tais como os acervos acumulados durante os trabalhos das comissões da verdade.

Rememorar este período, com o auxílio dos documentos, ajuda-nos a reconstituir memórias, não deixando de refletir sobre esta ser uma “[...] tarefa árdua e fortemente marcada por questões ideológicas, pois necessariamente nesse processo estão presentes os conflitos que envolvem disputas políticas, econômicas e simbólicas que permeiam o jogo social de constituição das narrativas” (Tolentino, 2018, p. 62). Os acordos sociais determinam as diferenças entre as pessoas e, por exemplo, as questões de gênero refletem as relações de poder em dado contexto cultural, geográfico e histórico. Nessa dinâmica, historicamente as

mulheres têm enfrentado processos opressores em diferentes segmentos de sua existência, pois, como afirma Joan Scott (1990, p. 14), “[...] gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um modo primordial de dar significado às relações de poder”.

As questões de gênero atravessam as relações sociais de contextos geográficos e tempos históricos distintos e “[...] torna-se, antes, uma maneira de indicar ‘construções culturais’ – a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres” (Scott, 1995, p. 75). A imposição e engessamento desses papéis resultam em regras comportamentais que afetam de maneira significativa a vida de mulheres que, diante de sistemas opressores, necessitam lutar pela igualdade de gênero nas diversas instâncias e performances sociais.

Estes papéis de gênero implicam que mulheres devem performar em conformidade com as necessidades do modelo capitalista ocidental, que é fomentado por dispositivos de gênero, tais quais o amoroso e o materno (Zanello, 2018), mas também o da sexualidade (Foucault, 2014). Estes dispositivos docilizam seus corpos, reprimindo desejos, ímpetos e contrapontos, sacralizando a mulher dócil e demonizando aquela que rompe com tais dispositivos. Assim, a mulher enquanto corpo político, dotado de capacidade crítica e revolucionária é, na história das civilizações ocidentais, invisibilizada. Não raro, muitas mulheres foram compulsoriamente internadas em manicômios por serem consideradas antissociais (Machado; Caleiro, 2008). Estas práticas são deslegitimadoras, invisibilizantes e patologizantes.

Ao se colocarem contrárias aos comportamentos validados por regimes opressores e machistas, as mulheres confrontam estruturas, atentas às injustiças existentes nas dinâmicas sociais, atuando de maneira emancipada e protagonista. Edmir Perrotti (2017) ao refletir sobre protagonismo o descreve como uma atuação de resistência frente à opressão e às desigualdades sociais.

Ao romper com antagonismos e convenções opressoras impostas pela sociedade, as mulheres passam a atuar com protagonismo que, para Perrotti (2017, p. 15), é “[...] uma dimensão existencial inextricável. Significa resistência, combate, enfrentamento de

antagonismos produzidos pelo mundo físico e/ou social e que afetam a todos”. Para o autor, a pessoa age como protagonista quando resiste e combate atos que violem os direitos de existir e se expressar no mundo. Desse modo, entendemos que as pessoas protagonistas enfrentam obstáculos que segregam e vislumbram a igualdade de direitos.

Logo, há de se considerar que o campo da memória é influenciado pelos jogos de visibilidade e invisibilidade em que mulheres são enredadas, sendo, suas vivências marginalizadas ou, tomando por base Michael Pollak (1989), suas memórias são vistas na perspectiva de uma subterraneidade condicionada a uma hegemonia que busca, por meio destes regimes de visibilidade e invisibilidade, condicionar tais mulheres ao ostracismo. Ocorre que, como assevera Gilles Deleuze (2005), todo dispositivo – e isso inclui os dispositivos de gênero – tem suas linhas de brecha, ou seja, todo dispositivo constituído e alimentado pelo sistema hegemônico está condicionado a ter subjetividades que se opõem e criam seus próprios mecanismos de visibilidade, por meio de brechas, de resistência e da produção simbólica, discursiva e ativa de suas próprias existências e constituição de comunidades significativas. Assim podemos dizer que ocorre com Elizabeth Altina Teixeira.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Antes de adentrar nos documentos recuperados na FCJA e no SIAN, buscamos fontes que versassem sobre a trajetória de vida de Elizabeth Altina Teixeira para melhor contextualizarmos os itens documentais analisados nesta seção. Dentre as fontes, destacamos o documentário dirigido por Eduardo Coutinho *Cabra marcado para morrer*¹ que trata do assassinato de João Pedro Teixeira e narra as lutas e vivências de Elizabeth Altina Teixeira e sua família, como também, o Relatório dos Mortos e Desaparecidos Políticos da *Comissão Nacional da Verdade* (Brasil, 2014).

A paraibana Elizabeth Altina Teixeira completou 100 anos em fevereiro de 2025. Em decorrência da não aceitação de seu relacionamento com João Pedro Teixeira, por parte do seu pai, fugiu para casar com o homem pobre e negro com quem teve onze filhos, rompendo com barreiras impostas por uma sociedade segregadora. Em meio às lutas que travavam com

¹ O documentário *Cabra marcado para morrer*, do diretor Eduardo Coutinho, está disponível no endereço <https://www.youtube.com/watch?v=VxzgLPyLif4>

o intuito de ficar juntos, João Pedro Teixeira encontra trabalho em uma pedreira em Jaboatão dos Guararapes – PE, se aproxima das causas sociais e do sindicato, como consequência, perde o emprego e eles voltam para a Paraíba e passam a morar nas terras do pai de Elizabeth Altina Teixeira, no sítio Antas do Sono, em Sapé (Rocha, 2009). A Figura 1 ilustra Elizabeth Altina Teixeira com João Pedro Teixeira e os(as) filhos(as).

Figura 1 - Elizabeth Altina Teixeira, João Pedro Teixeira e filhos(as)



Fonte: Museu de Arte Moderna (2022).

João Pedro Teixeira contribuiu para a consolidação da Liga Camponesa de Sapé e seguiu lutando por melhores condições de trabalho e pelo direito à terra, até que em 02 de abril de 1962, sofre uma emboscada e é assassinado (Coutinho, 1984). A Figura 2 ilustra Elizabeth Altina Teixeira, viúva com 11 filhos.

Figura 2 - Elizabeth Altina Teixeira, viúva com os(as) filhos(as)



Fonte: Cinemateca Brasileira (2024)

Elizabeth Altina Teixeira assume o papel de liderança na luta pela reforma agrária e por justiça no caso do assassinato de seu marido, com isso passa a sofrer muita perseguição. Além de assumir a direção da Liga Camponesa de Sapé e fomentar a expansão das demais Ligas existentes em outros municípios paraibanos, ela entra para a política partidária, candidatando-se a deputada estadual pelo Partido Socialista Brasileiro.

Ao considerarmos o tempo histórico, o contexto político e a condição de viúva com 11 filhos, somada à percepção de Scott (1990) de que gênero é um modo primordial de dar significado às relações de poder, podemos considerar que Elizabeth Altina Teixeira atuou de maneira emancipada e protagonista. Seu depoimento sobre as perseguições que sofreu da Polícia Militar da Paraíba é revelador (Bandeira; Miele; Silveira, 1997, p. 95):

Eu sofri muita repressão deles, mas nunca chegou o momento pra renunciar, pra desistir de lutar. Quantas vezes me agrediram com palavras, que eu era uma mulher que não tinha vergonha, que deixava os filhos em casa e saía comandando um grupo de homens. Mas eu sempre tinha uma resposta pra dar a eles, e continuava a luta. Quando eu decidi protestar contra o assassinato de João Pedro, quando eu decidi continuar a luta dele, eu decidi mesmo, com força.

Os assassinos do seu companheiro foram todos absolvidos, em março de 1965, pelo regime militar (Brasil, 2014). Com o golpe militar, aumentou a repressão ao campesinato. Neste período a gravação de *o Cabra marcado para morrer*, que seria gravado em solo paraibano com os personagens reais, em virtude de um violento conflito ocorrido nas proximidades de Sapé as gravações foram transferidas para Pernambuco. Após 35 dias as filmagens foram interrompidas por tropas do exército. Elizabeth Altina Teixeira e outras pessoas envolvidas nas filmagens conseguiram fugir. Diante da injustiça e sofrimento pelos quais passou, Elizabeth Altina Teixeira ainda teve que se reerguer do suicídio da filha mais

velha, Marluce, das violências com os outros filhos, como também, da notícia dos mesmos sendo “distribuídos” entre os familiares (Coutinho, 1984).

Dentre os documentos recuperados no SIAN, foi identificado no Relatório dos Mortos e Desaparecidos Políticos da *Comissão Nacional da Verdade* – terceiro volume publicado em dezembro de 2014, disponível no Dossiê *BR RJANRIO CNV.O.CVE.00092000510201590* – a seguinte afirmação:

Diante das investigações realizadas, conclui-se que João Pedro Teixeira foi morto por pistoleiros contratados por latifundiários da região de Sapé (PB), em ação que contou com a conivência e/ou omissão do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos contra os trabalhadores rurais e as Ligas Camponesas (Brasil, 2014).

Ou seja, há o reconhecimento da omissão por parte do Estado brasileiro no assassinato de João Pedro Teixeira e nas lutas camponesas da região de Sapé-PB. Ante o sofrimento exposto, Elizabeth Altina Teixeira precisou fugir e teve que levar consigo o filho Carlos, visto que o avô não aceitou que o menino ficasse por ser parecido com o pai. Ela segue na busca por sobrevivência, encontra pouso em São Rafael – RN, com o falso nome de Marta Maria da Costa e passa a trabalhar lavando roupas e alfabetizando crianças da comunidade em que passou a viver (Coutinho, 1984). É válido destacar que Elizabeth Altina Teixeira demonstra, mais uma vez, a sua atuação como sujeito protagonista, descrita por Perrotti (2017) ao assumir a luta pela construção do mundo, se contrapondo ao modo de ser e estar, vislumbrando um mundo comum e justo para todas as pessoas.

Após 17 anos vivendo como Marta, Elizabeth Altina Teixeira recebe a visita do diretor de *Cabra marcado para morrer* e, durante as gravações ela destaca que a luta não pode parar, que a mesma necessidade de 1964 ainda está plantada, que ainda se encontra na fisionomia do estudante, do homem do campo e do operário e que, enquanto houver fome e salário de miséria, o povo tem que lutar (Coutinho, 1984). Ainda no documentário, ela conta que, após a morte do marido, viajou à Cuba para visitar o filho que era bolsista e estudava lá. De volta ao Brasil, ela seguiu lutando contra um sistema econômico e político que promove a segregação dos menos favorecidos, fazendo reverberar o seu discurso e apresentando a sua trajetória de resistência, de símbolo da luta do campesinato e principalmente força de uma mulher que lutou pelos seus ideais e que, continua na defesa da reforma agrária.

Quanto aos documentos recuperados no catálogo do SIAN, foi identificado um item no Fundo *Serviço Nacional de Informações*, no Dossiê *BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.83005609*, datado de 31 de outubro de 1983, citando os nomes de pessoas que foram indiciadas em inquérito policial militar, por atividades subversivas no estado da Paraíba, em que aparece o nome de Elizabeth Altina Teixeira, confirmando que ela foi perseguida pelo Regime Militar.

O documento ilustrado na Figura 3 – com carimbo de confidencial e datado de 12 de setembro de 1973 – foi recuperado no SIAN no *Fundo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (BR DFANBSB VAZ)*, refere-se a uma resposta de pedido de busca a respeito de Elizabeth Altina Teixeira. O item informa que a ela foi acusada como invasora de terra e líder da Liga Camponesa na região de Sapé - PB. Cita que nos autos analisados consta que a mesma ao depor fez “proclamação revolucionária de cunho comunista”. Podemos inferir que o documento comprova a atuação de enfrentamento de Elizabeth Altina Teixeira que corresponde a concepção de protagonista defendida Perrotti (2017). Destacamos ainda a relevância dos documentos arquivísticos para constituição e/ou (re)significação da memória de sujeitos, fatos e tramas sociais, em que ao analisarmos o teor informacional constatamos indícios de um sistema opressor e punitivo para com as pessoas que lutavam pela igualdade de direitos.

Figura 3 - Documento que se refere a Elizabeth Altina Teixeira como comunista

MINISTERIO DA AERONAUTICA
COMANDO GERAL DE APOIO
COMANDO DA 2ª ZONA AEREA
— D I S —

Em Recife, 12 de SET de 1973

1. ASSUNTO ELIZABETH ALTINA TEIXEIRA
2. ORIGEM RECIFE/RS
3. CLASSIFICAÇÃO + + + +
4. DIFUSÃO RECIFE/RS
5. CLASSIFICAÇÃO ANT + + + +
6. DIFUSÃO ANT + + + +
7. REFERENCIA PE Nº 291/RECIFE, de 16/08/73.

NUMERAÇÃO		RESPOSTA A PEDIDO DE BUSCA Nº 0198 /COMZAE-2
M. Aer	P. L. I	

I - Em resposta a solicitação contida no documento da referência, esta DIB informa o seguinte:

Segundo Ofício Nº 98/IFI, de 29.05.64, oriundo do 1º Grupo de Engenharia em João Pessoa/PB, no qual figura o nome da epígrafa, como sendo viúva do falecido líder camponês JÚLIO PEDRO TEIXEIRA, substituído na liderança do movimento camponês de Sapé, orientando-se pela doutrina de FRANCISCO JULIANO.

Foi acusada de promover invasões de terras e ocupação a camponeses para fixar-se no lugar. Os depoimentos a esse respeito carecem de confrontação, verossimilhança e isenção.

Na época não apresentou sua defesa. Há, nos autos do IFI, uma proclamação revolucionária de cunho comunista e de adesão à revolução cubana assinada pelo próprio punho da acusada. Não há provas de sua filiação no Partido Comunista Brasileiro.

Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional ([20--])

Ao analisarmos os documentos que se referem a Elizabeth Altina Teixeira, podemos extrair e atribuir sentidos que perpassam as funções que geraram esses itens documentais. Temos a possibilidade, conforme afirma Assmann (2008), de refletirmos sobre o que foi depositado no passado, pautadas em horizontes estendidos de produção de significado.

Outro documento recuperado no SIAN - Dossiê *BR DFANBSB N8.0.PRO, PAI.951* - do Fundo *Conselho de Segurança Nacional*, produzido em 8 de junho de 1964, traz uma retrospectiva cronológica dos principais passos dados por Elizabeth Altina Teixeira durante os anos de 1962 e 1964. Nele, é possível verificar informações como data e tipo de evento, a pauta tratada, as organizações envolvidas, características do público presente entre outras, a exemplo de que a militante viajou para Cuba em 25 de julho de 1963 para assistir às comemorações do “26 de julho” e que voltou para o Brasil no avião militar cubano CUT - 830 IL no dia 25 de agosto do mesmo ano.



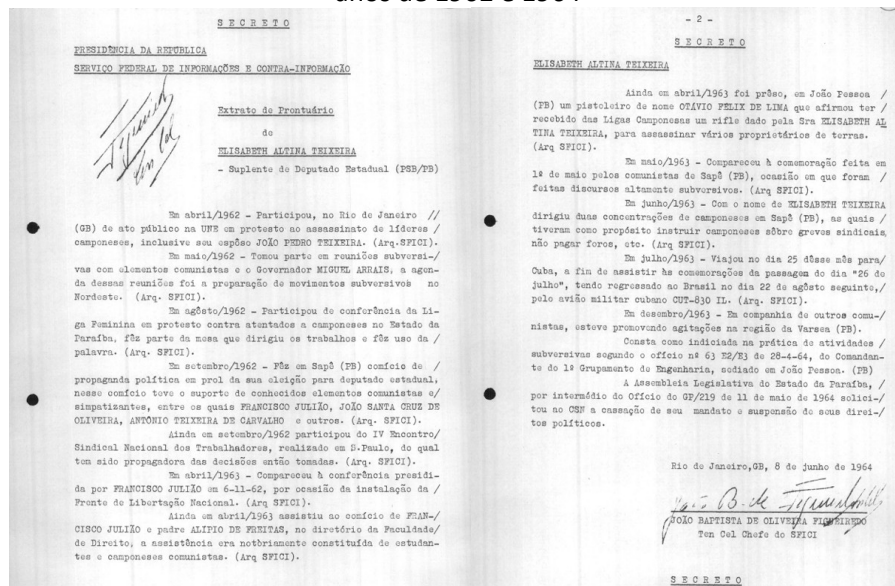
25º enancib

Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
Informação, Decolonialidade e Direitos Difusos para o Desenvolvimento Sustentável

3 a 7 de novembro de 2025 - Rio de Janeiro



Figura 4 - Documento confidencial que descreve informações sobre Elizabeth Altina Teixeira entre os anos de 1962 e 1964



Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional ([20--])

No *Fundo Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Dossiê BR DFANBSB AT0.0.0.368*, consta a solicitação de Elizabeth Altina Teixeira, em 08 de abril de 1996, do reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte do companheiro, tendo seu pedido indeferido. Dentre os documentos que ela inclui no processo, destacamos as matérias de jornais que narram os fatos relacionados ao assassinato de seu esposo e da sua luta por justiça. A Figura 5 ilustra uma dessas matérias.

Figura 5 - Matéria de jornal que descreve a luta de Elizabeth Altina Teixeira na busca por justiça pela morte de seu esposo



25ºenancib

Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
Informação, Decolonialidade e Direitos Difusos para o Desenvolvimento Sustentável

3 a 7 de novembro de 2025 - Rio de Janeiro



Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional ([20--])

Dentre os documentos recuperados na FCJA, selecionamos o ilustrado na figura 6 que trata de um mandado de prisão produzido em 29 de abril de 1964, período que se instaura o golpe militar e a perseguição às pessoas com ideais de justiça e igualdade e consideradas pelo regime como pessoas envolvidas com atividades subversivas. A reflexão sobre a conduta do Estado brasileiro durante o período da Ditadura Militar se faz necessária, sobretudo no que se refere à constituição da memória do país e das pessoas que foram diretamente atingidas pelo Regime. Esse aspecto nos leva a retomar o pensamento de Tolentino (2018), quando afirma que a memória é fortemente marcada por questões ideológicas, envolve disputas políticas, econômicas e simbólicas que permeiam o jogo social. Isso reforça a relevância dos documentos arquivísticos que possibilitam a comprovação e a (re)significação de feitos e acontecimentos.

Figura 6 - Mandado de prisão para Elizabeth Altina Teixeira

fls. 519
Estaleiro
ap
Herminy
Wagner

MANDADO DE PRISÃO

EDUARDO D'ÁVILA MELLO, Coronel Comandante da Guarnição de João Pessoa, manda, na forma da lei, e com fundamento no Art 156 do CJM, sejam presos e recolhidos à prisão LEONARDO MOREIRA LEAL, JOSÉ GOMES DA SILVA, ADALBERTO BARRETO, ELISABETH TEIXEIRA, PEDRO INÁCIO DE ARAÚJO, JOSÉ DOS SANTOS BARROS e HERMILIO DE CARVALHO CHIMENES, contra os quais se estão procedendo a investigações policiais para apurar-se responsabilidades por atividades de caráter subversivo, cuja prática lhes é atribuída.-

João Pessoa-PB, 29 de abril de 1964.-

Eduardo d'Ávila Mello
 EDUARDO D'ÁVILA MELLO, Coronel
 Comandante da Guarnição de JPessoa

Fonte: Memorial da Democracia da Paraíba da Fundação Casa de José Américo.

O documento ilustrado na Figura 7 foi produzido pela *Frente Popular* em que Elizabeth Altina Teixeira, liderança da Liga Camponesa e companheiros(as) de lutas convidam “[...] donas de casa, estudantes, operários, camponeses para assistir uma concentração popular [...] onde serão debatidos vários problemas de ordem econômica, como sejam: a carestia de vida, o 13º salário para os trabalhadores rurais [...]”.

Figura 7 - Convocação de mobilização popular

Fls. 198
 Frente Popular "JOFFILY ~~ELIACIO~~ ELIZABETH"
 SEDE CENTRAL - EDIFÍCIO SÃO JOSÉ - 1º ANDAR
 Rua Duque de Caxias, n.º 616 - Sala 9
Herminy
Wagner

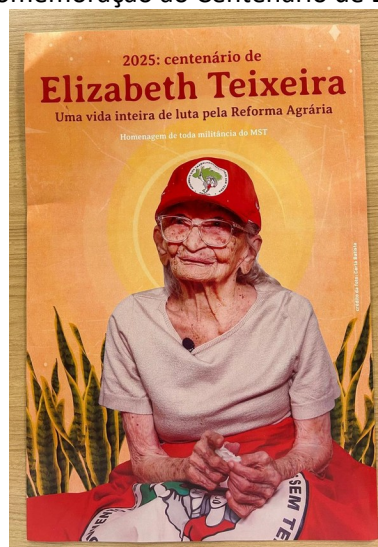
MOLESTIA

A Liga Camponesa da Cidade de Santa Rita, convida as donas de casa, estudantes, operários, camponeses e o povo em geral, para assistir uma concentração popular a ser realizada no dia 17 do corrente mês, às 14 horas (2 horas da tarde), em frente a sede desta Liga onde serão debatidos vários problemas de ordem econômica, como sejam: a carestia de vida, o 13º salário para os trabalhadores rurais e a ausência da escola de domingo para os estudantes. Nesta manifestação popular usará da palavra Elizabeth Teixeira - Presidente da Liga Camponesa do Estado da Paraíba, Dr. Heloísio Batista, Dep. Assis Lopes, Desembargador João Santo Cruz, Prof. Severino Leal, Antonio José Mendes, Luís Aureliano - líder sindical, Dr. Bento da Gama e o Dep. Federal Francisco Antônio.

Fonte: Memorial da Democracia da Paraíba da Fundação Casa de José Américo

A imagem ilustrada na Figura 8 está em exposição no Memorial da Democracia da Paraíba na FCJA e faz referência aos cem anos de vida de Elizabeth Altina Teixeira. A imagem representa fielmente a mulher que seguiu sua luta em defesa da reforma agrária e que, após todos esses anos, preserva seus ideais de justiça e igualdade.

Figura 8 - Cartaz em comemoração ao Centenário de Elizabeth Altina Teixeira



Fonte: Memorial da Democracia da Paraíba da Fundação Casa de José Américo

Nessa conjuntura, entendemos que Elizabeth Altina Teixeira enfrentou bravamente a Ditadura Militar e, em seu tempo histórico, atua como mulher emancipada e consciente da luta coletiva pelo direito à terra e à liberdade de expressão, portanto, uma protagonista em defesa da democracia e da igualdade social, que mesmo enfrentando tantos fatos trágicos, como mãe, esposa, filha e mulher comprometida com valores e propósitos libertadores, se ergue de cada percalço e segue lutando e chega ao seu centenário ainda consciente e militando pela mesma ideologia. Assim como Eunice Paiva e tantas outras mulheres brasileiras, que por força das violências sofridas por parte dos agentes da Ditadura Militar, tiveram que se reinventar e buscar a sobrevivência no sentido mais amplo do termo, pois como afirma Tavares (2022), o Regime foi cruel com Elizabeth Altina Teixeira e tantas outras mulheres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos nos registros documentais indícios do protagonismo e da memória de Elizabeth Altina Teixeira no contexto da Ditadura Militar instaurada no Brasil, e constatamos suas lutas diante das perseguições do Regime que a acusou de atuar em atividades subversivas; a busca pela justiça do assassinato de seu esposo; a militância no direito pela terra e a liderança na mobilização pela igualdade de direitos.

Percebemos, por meio desta investigação, que as marcas intersseccionais de gênero, raça e classe atravessaram a vida de Elizabeth Altina Teixeira, desde a reação contrária, de sua família, ao seu casamento interracial; o envolvimento com a luta camponesa e sindical; o não reconhecimento do Estado, no que tange à sua responsabilização (à época da Ditadura Militar) pelo assassinato do seu marido; a perda de contato com os filhos, em virtude destes revezes, que se manifestaram quando ela ousou lutar por melhores condições coletivas de vida.

Diante do exposto, entendemos que os registros documentais não conseguem dar conta plenamente da realidade, tendo em vista que nem todos os atos e acontecimentos estão registrados, ou mesmo preservados. Por vezes, a destruição deliberada de certos registros faz parte de uma política de apagamento da memória. Contudo, a partir dos resultados, entendemos que os documentos arquivísticos são fontes capazes de subsidiar a produção de sentidos que (re)significam fatos e performances sociais, se configurando como valiosos referenciais de memória. Instituições arquivísticas, como a Fundação Casa de José Américo e o Arquivo Nacional, cumprem seus papéis na salvaguarda e difusão da memória do país.

REFERÊNCIAS

ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica**: teoria e método. São Paulo: EDUSC, 2006.

ASSMANN, Aleida. Canon and Archive. *In*: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar. **Cultural Memory Studies**: an international and interdisciplinary Handbook. Berlin: Walter De Gruyter, 2008. p. 97-107.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Sistema de Informações do Arquivo Nacional**. Brasília, DF: AN, [20--]. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/login.asp>. Acesso em: 20 abr. 2025.

BANDEIRA, Lourdes Maria; MIELE, Neide; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (org.). **Eu marcharei na tua luta!** A vida de Elizabeth Teixeira. João Pessoa: Editora UFPB, 1997.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório:** mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014. v. 3.

BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Institui a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano CXLVIII, n. 222, p. 1, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em: 23 maio 2025.

CINEMATECA BRASILEIRA. **Cabra Marcado Para Morrer.** São Paulo, 2024. Disponível em: <https://cinemateca.org.br/filmes/cabra-marcado-para-morrer/>.

COUTINHO, Eduardo. **Cabra Marcado Para Morrer.** Vídeo. 119 min. Brasil, 1984. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=DAPs2Jw6R3k>. Acesso em: 20 maio 2025.

DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana.** Lisboa: Passagem, 2005.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha; COIMBRA, Olívia Andrade; GOMES, Pablo. A Ditadura Militar brasileira no ENANCIB: uma história recente. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais [...]**, São Paulo: ANICB, 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamento do feminino.** Rio de Janeiro: Imago, 2007.

MACHADO, Jacqueline Simone de Almeida; CALEIRO, Regina Célia Lima. Loucura feminina: doença ou transgressão social. **Desenvolvimento social**, Montes Claros, v. 1, n. 1, p. 1-8, jan./jun. 2008.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação:** masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume, 2012.

MUSEU DE ARTE MODERNA DO RIO DE JANEIRO (MAM RIO). Cinemateca. **Marcharemos em tua luta: 60 anos da morte de João Pedro Teixeira (1962-2022).** Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://mam.rio/cinemateca/marcharemos-em-tua-luta-60-anos-da-morte-de-joao-pedro-teixeira-1962-2022/>.

PARAÍBA. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória. **Relatório Final.** João Pessoa: A União, 2017.

PERROTTI, Edmir. Sobre informação e protagonismo cultural. *In*: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

ROCHA, Ayala A. **Elizabeth Teixeira**: mulher da terra. João Pessoa: Editora UFPB, 2009.

SAMPAIO, Denise Braga. **A memória, a informação e o silêncio da lesbianidade no Serviço Nacional de Informação**. 2021. 172 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Sociedade. Porto Alegre: Faculdade de Educação da Universidade do Rio de Grande do Sul, 1990.

TAVARES, Ana Raquel de Arruda. **Memória, justiça e reparação às rupturas impulsionadas pelo estado brasileiro no período de 1961-1985**: uma análise pautada na identidade da família de Elizabeth Teixeira. 2022. 167 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Memórias coletivas e narrativas museológicas: limites e conflitos da representação de identidades. **Revista Memorare**, v. 5, n. 1, p. 63, jan./abr. 2018.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.